



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CTENORTE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte.

Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Senhor Marcelo Augusto Xavier da Silva, Presidente da Fundação Nacional do Índio;
- representante Indigenistas Associados;
- representante União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja).

JUSTIFICAÇÃO

A confirmação dos assassinatos na Amazônia do indigenista brasileiro Bruno Araújo Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, colaborador do jornal The Guardian, no início de junho, na região do Vale do Javari (AM) joga foco sobre uma questão que há muito tempo aterroriza a região: a criminalidade e atentados contra povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e jornalistas na região Norte e em outros estados.

Segundo informações da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), Bruno recebia constantes ameaças de madeireiros, garimpeiros e pescadores. Desde o início do Governo Jair Bolsonaro, foram denunciados o desmantelamento do aparelho estatal de repressão à criminalidade ambiental, de



SF/22723.34409-29 (LexEdit)

proteção às minorias, principalmente indígenas, bem como os ataques incessantes contra a imprensa, contexto que está intimamente relacionado com o caso de Bruno Araújo Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips.

O governo falha em combater atividades criminosas e, estranhamente, ao mesmo tempo tenta legalizá-las. O desmatamento amazônico, por exemplo, tem subido ano a ano. A área devastada no ano passado é mais de oito vezes superior à da cidade de São Paulo.

Entre 2012 a 2021, a Amazônia concentrou mais de 70% das mortes por conflitos fundiários no país. Segundo um levantamento da CPT (Comissão Pastoral da Terra), pelo menos 313 pessoas perderam a vida em disputas por terra na região. Os grupos mais vitimados, segundo os mesmos dados, foram povos indígenas (26% dos assassinados) e quilombolas (17%). Só em 2021, segundo outro relatório da CPT, foram registradas ameaças de morte contra 32 lideranças indígenas ou servidores públicos que atuam em defesa dos territórios. A maioria da lista é composta de cacicas e caciques de comunidades locais, além de lideranças ativistas em defesa de povos indígenas.

Por isso, a presente audiência pública se torna fundamental e urgente para um debate que tem tomado as principais manchetes dos veículos do Brasil e do mundo. As entidades convidadas são as maiores especialistas no assunto e convivem de perto com as questões relacionadas.

Representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), os Indigenistas Associados e a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) são os atores adequados para que, juntos com a Comissão Temporária para investigar as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte e Comissão de Direitos Humanos, possamos dar a devida resposta a esta grave situação que assola a Floresta Amazônica, patrimônio biológico de todos os brasileiros.

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte.

Sala da Comissão, 20 de junho de 2022.

Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)
Membro da CTENorte

Senador Humberto Costa
(PT - PE)
Presidente da CDH



SF/22723.34409-29 (LexEdit)